

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Com a autoridade de presidente de um partido político, o deputado Paes de Andrade acaba de se manifestar, para reconhecer que é um dever do PMDB pleitear a preferência do eleitorado brasileiro para a apresentação de um seu candidato à Presidência da República. Na sua convicção, utiliza-se dos índices que indicam a força dos partidos atuais, que estão formando a maioria da Câmara e do Senado Federal.

“Não preciso, diz o presidente da Comissão Diretora do PMDB, senão recordar os números que retratam a força política dos partidos atuais, o PMDB com 20%, o PFL com 7% e o PSDB com 6%. Mesmo reunidos estes dois últimos partidos, não alcançariam senão 13%, o que dá ao PMDB o direito de ter um candidato próprio, sem encontrar razões ou argumentos, para um ato de abdicação”. O que leva o deputado Paes de Andrade a uma conclusão óbvia, quando arremata:

“Tenho, como obrigação, que o PMDB não pode ser caudatário de nenhuma outra força política. Contraria o raciocínio mais elementar que o partido mais forte seja o menos forte e que o partido majoritário aceite a liderança dos minoritários”.

Para uma lógica tão transparente, só se pode imaginar que 20% capitulem diante de 6%, se a cotação da força eleitoral mudar e aí, talvez, pelos caminhos nebulosos das vantagens pessoais que se possa conquistar. Por isso mesmo é que o deputado Paes de Andrade zela pela posição que o seu partido deva ter e não

pode compreender, nem aprovar, a posição secundária que o PMDB está exercendo na vida política partidária, contentando-se, quando muito, com a saudade dos tempos em que ocupava posição culminante, sob a direção do seu então presidente, deputado Ulisses Guimarães. Será que, com a morte dele, desceu de categoria, perdeu até a possibilidade de ser oposição, função em que se notabilizou em tempos não muito distantes?

Basta cotejar as posições políticas dos maiores partidos do momento. A quem pertence a Presidência da República, senão a uma dissidência do próprio PMDB, que é o PSDB da atualidade? Seria pelo menos compreensível que a Vice-Presidência viesse lhe caber, como compensação da própria desistência do cargo maior. Mas não. Na realidade, esse cargo veio a caber ao antigo partido de direita, que apoiou o regime ditatorial, nos quase 20 anos de sua permanência no poder. Não estará sendo punido o PMDB pela sua oposição aos governos militares, quando era apenas o MDB de tão gloriosas tradições? Trocando posições culminantes por simples fichas de compensação, no quadro das posições políticas? Uma penalização pela vibração, pela voz e pela eloquência de seu inesquecível presidente, o então deputado Ulisses Guimarães?

Tive oportunidade de me associar ao destino do PMDB, como anti-candidato à Vice-Presidência da República, na campanha de 1973, em que tínhamos a sensação de que estávamos, junto com Ulisses Guimarães, disputando um car-

go em outro mundo, tão longe estava qualquer idéia de vitória. O que Ulisses Guimarães traduziu este sentimento no seu primeiro discurso de campanha dos anticandidatos, dizendo que estávamos vivendo uma situação de paradoxo. O candidato da situação já se podia considerar empossado. E também não poderia haver outro candidato, dentro de regras usuais de eleições, “pois que não pode haver candidato a um lugar de antemão provido”.

Não era, pois, uma situação de candidato, não tão somente de anticandidato, uma posição que me levava a dizer, em discurso pronunciado na ocasião que “são sementes brasileiras. São sementes de liberdade, de democracia, de tolerância, de compreensão, de anistia”. E até lembrava, no mesmo discurso, que estávamos recusando “aquela arteriosclerose moral a que Rui Barbosa se referia”. Nada de resignação ou indiferença. Nada de explicações vazias, como as de Rubião, personagem de Machado de Assis, que se saía dizendo “ao vencedor, as batatas”.

Ao contrário, mais que nunca deveria se protestar com veemência e indignação. O que se resumira, e havia sido o lema da campanha dos anticandidatos em 1973, na frase do poeta luso, insistentemente repetida por Ulisses Guimarães: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Uma bandeira de luta permanente, sobretudo quando a idéia de tréguas já valesse como renúncia e capitulação.

Será, hoje, o PMDB, o mesmo partido?